

Oitenta bem vividos

História

Ao completar oito décadas de existência, a Universidade relembra os momentos-chave de sua expansão e comemora a adoção de políticas de inclusão social e a criação do novo Câmpus Litoral Norte

É **IMPOSSÍVEL SABER** quantas pessoas já passaram pela Universidade nesses 80 anos de história. Boa parte delas viveu os momentos marcantes da instituição que representa um pouco a própria trajetória de Porto Alegre e do desenvolvimento do estado.

A UFRGS acompanhou o crescimento da cidade no início do século passado e a ascensão política e econômica do Rio Grande do Sul. A Faculdade de Engenharia, criada antes da federalização da instituição, foi o núcleo da proposta republicana e positivista de ensino superior no estado.

Por sua vez, a comunidade acadêmica viveu a efervescência cultural e as mobilizações políticas das últimas décadas. Seus alunos, professores e servidores foram vítimas da dura repressão implantada pelo regime ditatorial com a “Operação Limpeza”. Assim como a Universidade passou pelos sombrios anos de ditadura, também viveu o florescer de novos tempos com a redemocratização e os programas de inclusão social.

Os últimos anos foram de consolidação da política de cotas, assim como da expansão do ensino, com a ampliação de vagas e cursos. Profundamente enraizada na capital, a Universidade também se voltou para uma das poucas regiões do interior do estado que não sofre com a diminuição da população: o Litoral Norte.

TEXTO

SAMANTHA KLEIN

FOTOS

FLÁVIO DUTRA

RAMON MOSER



Um olho no passado...

Doze edificações do Câmpus Centro foram incluídas no Projeto de Recuperação do Patrimônio Histórico da UFRGS, que, desde 2000, tem contado com o apoio de empresas e de pessoas físicas



Contestação estudantil



O PROFESSOR CLÓVIS WANNMACHER COMEMORA, em 2014, 50 anos de formatura. Mesmo sem vinculação política antes da constituição do governo militar, o então estudante participou indiretamente do Movimento da Legalidade. “Havia a possibilidade de bombardeio do Palácio Piratini e estávamos apavorados. No RU, o pessoal ligado ao Brizola inscrevia os alunos para participarem da luta armada, se fosse preciso. Não pensei duas vezes e me alistei. Quando Jango foi deposto, fiquei pensando que, se aquelas listas fossem encontradas, todos nós estaríamos fritos”, recorda.

Na Universidade, o coronel Natalício da Cruz Correa assumiu a Assessoria de Segurança e Informações. Diversas decisões passavam pelo militar, inclusive o aval para os expurgos. Mesmo antes da chegada dele, em 1969, a repressão ao movimento estudantil já havia iniciado.

No final de 1964, os estudantes da Filosofia elegeram novamente a esquerda para dirigir o Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt, após a cassação do presidente da entidade, Flávio Koutzii. A passeata dos bixos de 1966 expressou o repúdio à supressão da democracia. Inspirados no enredo da peça “Liberdade, Liberdade”, de Millôr Fernandes e Flávio Rangel, os alunos da “Filô” caminharam pelo centro da capital mudos e sérios, vestindo camisolões pretos.

Expurgados pela ditadura

“A GENTE NÃO ESPERAVA que o golpe chegasse à academia. Professores reconhecidos, como Ângelo Ricci e Gerd Bornheim, expoentes na área da teoria literária e filosofia, sumiram das salas de aula de repente. Lembro-me das classes despovoadas. Foi um processo profundamente triste e marcante para a nossa formação”, considera a professora do Instituto de Letras Zilá Bernd, que à época era estudante do curso de Letras. A professora estudou no período em que o regime militar recém havia sido imposto ao país.

De 1964 a 1969, a Universidade teve 41 de seus professores mais renomados expulsos da instituição por meio da “Operação Limpeza”. Ideologicamente inspirada na Doutrina de Segurança Nacional dos EUA, foi realizada uma devassa em diversos setores da sociedade brasileira, a fim de evitar a oposição ao governo.

Logo após a promulgação do Ato Institucional N.º 1, em abril de 64, Comissões Especiais de Investigação Sumária (CEIS) foram instaladas nas universidades com o objetivo de incentivar as delações por parte de professores, alunos e servidores. As denúncias ocorreram por conta do alinhamento ideológico dos membros dessas comissões ou devido a disputas por cargos dentro das universidades. No final de setembro daquele ano, 18 professores da UFRGS foram afastados, conforme relata o historiador Jaime Valim Mansan em sua tese sobre os expurgos. Cinco anos depois, com a edição do AI-5, outros 13 docentes seriam demitidos. Entre eles, Leônidas Xausa, das Ciências Sociais, membro do MDB, e Joaquim José Barcelos Felizardo, que era professor do pré-vestibular do Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia, com ligações com o PCB. Porém, outros professores, como Ângelo Ricci e João Carlos Brum Torres, não tinham ligação com partidos políticos.

“Como eu era crítico nas aulas, um dia alguns alunos vieram conversar comigo e disseram que o fulano era ‘rato’ [policial]. Tive de manejar minhas críticas. Era comum os militares utilizarem uma vaga para alguém para vigiar o comportamento de estudantes e professores”, recorda o ex-diretor do ICBS e ex-aluno da Medicina Clóvis Wannmacher.

Anos de chumbo

ATÉ QUE O AI-5 FOSSE INSTITUÍDO, em dezembro de 1968, o movimento estudantil foi efervescente. Com a proposta de Reforma Universitária em pauta, protestos foram realizados em Porto Alegre em março de 1968 e uma greve geral dos estudantes foi decretada no final daquele mês. Pouco tempo depois, mais de 700 alunos cercaram a Faculdade de Filosofia – o grande centro de discussão e reunião política – para reivindicar a sua participação nos processos decisórios da Universidade. O acordo de reforma universitária foi assinado em julho. As manifestações contra o regime militar com integrantes da academia foram constantes até dezembro daquele ano.

A fim de desburocratizar o processo expurgatório, o Decreto N.º 477 foi editado em fevereiro de 1969. Este simplificava a expulsão de professores, estudantes e servidores técnico-administrativos que praticassem atividades consideradas “subversivas”, como participar de passeatas, elaborar e distribuir panfletos.

O jornalista Luiz Oscar Matzenbacher foi uma das vítimas da repressão. O DCE divulgou o panfleto *Morre um estudante*, questionando a prisão, a tortura e o assassinato do acadêmico de engenharia Ary Abreu Lima da Rosa, conhecido como “Oscarito”, de 21 anos de idade. Até hoje não foram esclarecidas as circunstâncias da morte do jovem na Base Aérea de Canoas, onde cumpria pena de seis meses de prisão. Por conta do material distribuído, o Decreto 477 foi aplicado a Matzenbacher e a outros três alunos.

“Tentei rematricula na PUCRS, mas não consegui. O decreto não permitia que o expurgado estudasse em lugar algum. Acabei sendo preso em São Paulo, o que foi muito pior. Ligado à UNE, estávamos preparando os festejos dos 50 anos da Semana de Arte Moderna com espetáculos nas principais universidades do país, no início de 1972, e isso chamou a atenção da repressão”, relembra. Luiz Oscar pôde retornar à UFRGS somente dois anos mais tarde quando desistiu definitivamente do curso de Ciências Sociais para ingressar no Jornalismo. A luta estudantil também teve de ficar para trás.

Greves e mobilização

O FINAL DA DÉCADA DE 70 foi marcado pela retomada da mobilização das entidades sindicais em todo o país, impedidas de atuar depois da publicação do Ato Institucional N.º 5. A crise econômica e o arrocho salarial motivaram a reorganização do movimento por diversas classes trabalhadoras. Após as greves do ABC paulista, a partir de 1978, e da intervenção do governo, os protestos começam a se espalhar por todo o país.

O ano de 1979 foi marcado por paralisações de diversas categorias no Rio Grande do Sul. Segundo o Sindicato dos Bancários, metade dos 34 mil funcionários dos bancos aderiu ao movimento por melhores salários. Médicos da Santa Casa, professores do magistério estadual, empregados da construção civil, caminhoneiros, trabalhadores do transporte coletivo da capital e dos transportes de carga também resolveram protestar por melhores condições de trabalho. Enquanto o governo mantinha a política da “abertura lenta e gradual”, a Lei da Anistia foi aprovada pelo Congresso.

Os professores da UFRGS também estavam descontentes e passaram a se reunir em assembleias. A Associação dos Docentes da UFRGS foi criada na esteira da contestação às contratações de docentes sem concurso, com baixos salários e sem direitos trabalhistas. A primeira greve, em 1980, foi impulsionada pelo Pacote da Educação do ministro Eduardo Portella, que previa medidas impopulares. Outras paralisações ocorreriam na primeira metade da década.

“A ditadura foi muito esperta. Fomos admitidos como professores assistentes sem concurso. Era uma tentativa de acalmar os ânimos de todos, já que havia uma inquietação muito grande nas universidades e as assembleias transbordavam de gente. O movimento foi esvaziado por conta disso. Fui fazer o concurso muitos anos depois para professor titular”, recorda Zilá.



FOTOS: RAMON MOSER/JU



DIVULGAÇÃO PESSOAL



Expansão da Universidade

UM DOS GRANDES MARCOS DO CRESCIMENTO DA UFRGS foi o Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), que, mesmo inacabado, teve suas portas abertas em 1972. Pouco tempo depois, a Faculdade de Medicina foi transferida para o Clínicas e o prédio histórico passa a ser ocupado pelo Instituto de Biociências. “Lembro que o Câmpus Central não tinha as grades, e as pessoas entravam livremente para ver os vitrais junto à escadaria e ao salão oval”, recorda a professora do Departamento de Biociências Maria Lúcia Scroferneker.

Em 1977, o Câmpus do Vale foi inaugurado, sendo transferidas para o local as atividades do curso de Letras e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. A mudança foi uma estratégia para dispersar os estudantes dos cursos mais contestadores ao regime militar. “A Reforma Universitária já tinha iniciado esse processo de enfraquecimento da coesão dos alunos. Ao criar disciplinas básicas para todos os cursos, os grupos começam a perder força. A saída de um instituto do centro da cidade teve a mesma proposta”, considera o professor Clóvis Wannmacher.

Com a federalização da instituição em 1950, a Universidade deixou de ser um estabelecimento voltado somente ao ensino para dedicar-se também à produção de conhecimento científico. Foram implantados os primeiros grupos e centros de pesquisa. Inicialmente, a atividade foi impulsionada pela Genética, que funcionava nos porões do prédio do Direito, e pela Física, localizada no edifício ao lado da ex-Química, hoje conhecido como Anexo I da reitoria. Por meio de um convênio com a Capes, a instituição trouxe o cientista argentino Bernardo Houssay, Prêmio Nobel de Medicina, para organizar e dar início à investigação científica em Fisiologia.

Bailes que marcaram

O CONJUNTO MELÓDICO NORBERTO BALDAUF (foto) e um copo de gin ou cuba libre eram suficientes para colocar mocinhas e rapazes a dançar no salão da reitoria desde o final dos anos 50 até meados da década seguinte. Ao som do rockabilly de Jerry Lee Lewis e Elvis Presley e do choro de Pixinguinha, a rapaziada da época não perdia os bailes realizados no prédio construído para abrigar a administração central da UFRGS. Festas dos bixos, de formatura ou eventos oficiais estavam sempre lotados.

Enquanto as garotas tinham de ir acompanhadas, os rapazes aproveitavam para chegar na maior “beca”, a fim de impressioná-las. “De forma alguma uma menina viria ao baile sem os pais, não pegava bem. Como meu pai era muito baixinho e o salão muito grande, ele perdia o controle. Uma vez ele foi flagrado ao subir em uma cadeira e dizer ‘só na periferia, só na periferia’. Essa frase ficou célebre para nós da família. Se fosse hoje, teria virado vídeo do Youtube”, recorda a professora Zilá Bernd.

“Nós vínhamos bem bonitas, de traje social, e os homens, de terno e gravata. Naquela época a gente não ouvia falar em drogas, no máximo, uma bebedeira. Depois do baile, se as pessoas quisessem sair para jogar boliche, poderiam sair caminhando tranquilamente pela Osvaldo Aranha”, ressalta Maria Lúcia Scroferneker.

Preservação patrimonial

MUITO ANTES DE SE TORNAR A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, a instituição herdou construções centenárias, como a Faculdade de Medicina, erguida em 1898, e o prédio do Liceu de Artes e Ofícios, que futuramente se tornaria a Escola de Engenharia. Cem anos após o marco inicial da Faculdade de Medicina, o projeto de Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural foi aprovado pelo Programa de Apoio à Cultura do Ministério da Cultura (PRONAC), com o objetivo de preservar os edifícios por onde passaram expoentes como Getúlio Vargas, Protásio Alves e Sarmiento Leite.

A Secretaria do Patrimônio Histórico foi criada em 2000 a fim de colocar o projeto em prática. Contando com o apoio financeiro de empresas e de pessoas físicas de todo o estado, a iniciativa conseguiu recuperar cinco dos doze prédios previstos nesse período. O edifício da Engenharia Mecânica ainda está em obras. A próxima etapa será o início da restauração do antigo Instituto de Química. A Secretaria, atualmente um setor da Superintendência de Infraestrutura (Suinfra), ainda aguarda a aprovação da captação de recursos para viabilizar o restauro da Capela de São Pedro, pertencente à Estação Experimental Agrônômica que a Universidade mantém em Eldorado do Sul.

Arquiteta com experiência de mais de 40 anos na área de preservação do patrimônio histórico, Briane Bicca é uma das colaboradoras que aderiu ao projeto de preservação da Universidade. Além de ser uma forma de valorizar a própria atuação no setor de restauro, é uma maneira de contribuir com o ensino. “Vejo a contribuição como um retorno por tudo aquilo que a Universidade me proporcionou, como a vivência social e cultural. O fato de ser uma instituição pública e a única faculdade de arquitetura no estado nos anos 60 também é determinante para a minha formação. Sempre me senti muito grata”, destaca a ex-aluna.

Protásio Alves, o fundador

APESAR DE O PAINEL PRINCIPAL do Conselho Universitário (Consun), pintado por Aldo Locatelli, homenagear em primeiro plano o médico Sarmiento Leite, Protásio Alves o antecedeu na Universidade. Foi professor de Sarmiento e contribuiu determinantemente para a fundação da Faculdade de Medicina, em 1898, período de desenvolvimento impulsionado pelo positivismo de Júlio de Castilhos.

Natural de Rio Pardo, o pai e o avô eram boticários. Com a morte precoce do pai, o padrasto foi decisivo para que ele seguisse a carreira de médico. Aos 17 anos, embarcou em um navio para o Rio de Janeiro, onde faria o curso de medicina. Em um período de assistência obstétrica precária, fundou o Curso de Partos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, onde realizaria a primeira cirurgia cesariana do estado em uma gestante descendente de escravos.

Ainda no final do século XIX, liderou o movimento para fundar a Faculdade de Medicina. “Sempre achei que ele não havia recebido o devido valor. Por isso, fiz a pesquisa que resultou na biografia de meu avô”, conta a professora aposentada da Fabico Martha Alves D’Azevedo, neta de Protásio Alves. “Apesar da importância que teve como estadista, era um homem simples e de bom trato com todos. Lembro ainda que ele sempre me chamava para almoçar e de seu amor todo especial pelas roseiras que cultivava pessoalmente”, complementa a neta do político.

No prédio em que ajudou a fundar a Faculdade de Medicina, Getúlio Vargas foi empossado mandatário do Rio Grande do Sul em 1928. Depois desse ato no Salão Oval, muitas seriam as revoluções na Universidade, no estado e no país.

Mais vagas

A AMPLIAÇÃO DA UNIVERSIDADE renovou o ensino da UFRGS com a abertura de novos cursos e a expansão do número de vagas. Em cursos como o Direito, por exemplo, o número dobrou. A instituição aderiu ao programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que disponibilizou 70 milhões de reais para a construção de prédios, a aquisição de materiais e a contratação de profissionais.

Mais de mil vagas foram abertas desde 2008. Um dos marcos da expansão foi a criação do Curso de Odontologia noturno em 2010. A graduação, historicamente voltada a alunos que tenham disponibilidade para se dedicar em tempo integral ao curso, passou a incorporar estudantes que trabalham durante o dia. Com duração de oito anos, o perfil do curso mudou nos primeiros vestibulares com o ingresso de alunos muitas vezes já formados em áreas completamente distintas.

“Quando soube que havia a oportunidade de cursar Odontologia à noite, fiz todo o esforço para passar no vestibular. Foi como vislumbrar um sonho, porque eu já trabalhava na área, com formação em auxiliar e técnica em saúde bucal”, destaca a aluna Juliana Beatris do Nascimento (foto), de 31 anos. Ela ingressou na primeira turma e, pouco depois, foi aprovada no concurso da Universidade para trabalhar na Faculdade de Odontologia. Moradora de Viamão, antes de ingressar no quadro de servidores da UFRGS, Juliana trabalhava em Gravataí, nas equipes de Estratégia da Saúde da Família. Apesar de não precisar rodar 500 km por semana, tem uma vida dura ao conciliar trabalho, aulas e finais de semana de estudos.

Ainda faltam cinco anos para a formatura, mas a aluna já pensa em manter a atuação com saúde pública. “Gosto do termo cuidador, que implica ouvir o paciente. Inclusive o currículo da Odontologia foi reformado para que os alunos tenham alguma formação para isso. É uma pena que a opção pela saúde pública ainda seja minoritária entre os colegas. A Odontologia, historicamente, é uma profissão para a elite. O lucro, então, ainda é um objetivo para a escolha da carreira”, sublinha.

Ações afirmativas

ESTUDANTE DO TERCEIRO SEMESTRE DE ODONTOLOGIA, Jéssica Vaz da Silva não pensava em sair da Terra Indígena de Nonoai. Sempre desejou continuar os estudos e se especializar, mas não teria condições financeiras para viver em Porto Alegre. Além disso, o ensino que obteve na aldeia nos primeiros anos de estudo é diferente do que, em geral, é cobrado como conteúdo obrigatório no vestibular. “Tenho algumas dificuldades no curso, mas os alunos monitores ajudam muito a reforçar as disciplinas mais difíceis”, destaca. Jéssica foi aprovada no curso por meio do sistema de cotas do vestibular especial, voltado a indígenas, em 2012. A jovem de 20 anos reconhece que o Programa de Ações Afirmativas foi determinante para a conquista e, embora ainda tenha um longo caminho na faculdade, já pensa no trajeto de retorno: “Quero voltar à aldeia ou trabalhar em áreas indígenas na região de Porto Alegre, que também tem tribos. Vejo como um compromisso que desejo cumprir”, destaca.

A implantação do sistema de cotas pode ser considerada uma revolução no ensino público. Os programas de ações afirmativas deram oportunidade a estudantes que dificilmente conseguiriam ingressar em um curso de graduação nas instituições federais.



FLAVIO DUTRA/JU

Novos horizontes

A RELAÇÃO COM O AMBIENTE COSTEIRO é relativamente recente, se comparada com a idade da UFRGS, mas desde o final dos anos 1970 o Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos (Ceclimar) é referência em recuperação de animais marinhos no município de Imbé. O local também é atração turística e, recentemente, abriu o curso de Biologia Marinha, realizado em parceria com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Mas a Universidade resolveu se voltar ainda mais para a potencialidade do Litoral. No segundo semestre deste ano, o Câmpus Litoral Norte foi inaugurado em Tramandaí.

O centro universitário inicia as atividades acadêmicas com a oferta de 90 vagas para o Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia (BICT) e 120 vagas para a Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza, voltado a professores da rede municipal. No BICT, o profissional tem uma formação aberta, mas o aluno ainda poderá buscar formação complementar em áreas como energia eólica, serviços e desenvolvimento regional – as “terminalidades” que serão oferecidas no Câmpus Litoral Norte nos próximos dois anos.

“Em cinco anos, o nosso estudante poderá sair com dois diplomas em ensino superior quando lançarmos os cursos complementares. Além disso, devido à destinação de vagas ao ENEM, a gente não aposta somente no impacto positivo para alunos do município, mas a própria presença da Universidade é um fator que deve desencadear desenvolvimento e trazer pessoas para cá”, considera a coordenadora-geral Dalva Padilha.

O Câmpus está localizado às margens da RS 030, a nove quilômetros do centro de Tramandaí, quase na divisa com o município de Osório. A área foi doada pela prefeitura de Tramandaí. Atualmente, o centro conta com 35 técnicos administrativos e 18 docentes em exercício. No total, estão previstos 96 técnicos e 95 docentes a serem nomeados até 2016.

“Quando soube que havia a oportunidade de cursar Odontologia à noite, fiz todo o esforço para passar no vestibular. Foi como vislumbrar um sonho, porque eu já trabalhava na área com formação técnica em saúde bucal”

Juliana Beatris do Nascimento

Estudante do quarto ano do curso de Odontologia

...outro no futuro